



Sentidos de chefia familiar feminina em contextos de comunidades populares

Senses of female family headship in popular community groups

Caroline Foletto Bevilaqua^[a], Caroline Stumpf Buaes^[b]

Resumo

A chefia familiar feminina confere à mulher brasileira uma posição de destaque frente às responsabilidades familiares e está se tornando constante nas comunidades populares. Dessa forma, este trabalho objetiva analisar os sentidos que as mulheres atribuem à posição de chefe de família. Esta pesquisa qualitativa, de cunho etnográfico, teve como instrumento de coleta de dados entrevistas biográficas e diários de campo. Participaram deste estudo cinco mulheres chefes de família de uma comunidade da cidade de Santa Maria, RS. Os resultados indicam que a chefia familiar é associada ao trabalho, à administração do orçamento, ao cuidado dos filhos e do lar. A ausência de um companheiro resulta em um aumento da exigência para as mulheres, mas lhes concede *status* e reconhecimento pelo grupo familiar, pois a chefe de família abdica de projetos individuais em prol do coletivo. Assim, a mulher fortalece sua autonomia e constrói um espaço que possibilita sua constituição como sujeito transformador de sua realidade.

Palavras-chave: Chefia familiar feminina. Gênero. Comunidade.

Abstract

Female family headship empowers Brazilian women with a prominent position before the family responsibilities; and this has become a constant within popular communities. This way, this paper aims to analyze the senses that women assign to the position of head of family. This qualitative research, with an ethnographic focus, had as instrument of data collection of biographic interviews and field research diaries. Five women, heads of family, from a community in the city of Santa Maria, RS, participated in this study. The results indicate that the family headship is associated with the work, the administration of the budget, the children and home care. The absence of a companion results in an increase of deeds upon women, but it grants them a status position and recognition from the family, because the female head of family has given up individual projects in favor of the collective. So, women strengthen their autonomy and build a space that allows their constitution as a individual, transformer of their reality.

Keywords: Female family headship. Gender. Community.

^[a] Psicóloga graduada pelo Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), Santa Maria, RS - Brasil, e-mail: carolf_b@yahoo.com.br

^[b] Psicóloga, Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS - Brasil, e-mail: carolinebuaes@ig.com.br

Recebido: 26/07/2010
Received: 07/26/2010

Aprovado: 01/12/2010
Approved: 12/01/2010

Introdução

O Brasil caracteriza-se por possuir largo contingente populacional em situação de pobreza, vivendo permeado pela carência de recursos financeiros e de oportunidades. Esse contexto ampliou-se durante as últimas décadas, fazendo surgirem inúmeras comunidades em situação de vulnerabilidade social, geralmente situadas às margens das cidades.

Na busca pela sobrevivência, encontram-se famílias numerosas, desfeitas, agregadas ou até mesmo pequenas, nas quais todos os membros contribuem, de alguma forma, para o orçamento familiar. As mulheres, na maioria das vezes, representam a grande força que move estas famílias na busca do sustento. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009), entre 1996 e 2006 o percentual de mulheres chefes de família aumentou de 10,3 milhões para 18,5 milhões, correspondendo esta variação a 79%. Esse aumento ocorre, principalmente, nas famílias compostas por casais com ou sem filhos. Enquanto isso, nesse mesmo período, o aumento do número de homens chefiando famílias correspondeu a apenas 25%. São apontados como principais fatores para essa mudança, a maior participação das mulheres no mundo do trabalho e, conseqüentemente, maior contribuição para o rendimento, aumento da expectativa de vida, casamentos desfeitos e aspectos culturais como autonomia e independência feminina.

A chefia feminina, de acordo com Camarano (2007), resulta em um acúmulo de tarefas para as mulheres. Pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisas Estatísticas Aplicadas (IPEA) apontam que 90,4% das mulheres, em 2006, além de prover o sustento da família, ocupavam-se dos afazeres domésticos, enquanto a taxa masculina correspondia a 51,1% nesta situação. As configurações familiares brasileiras têm se modificado e a mulher assume múltiplos papéis, entre os quais permanece, muitas vezes, o tradicional, ligado ao espaço doméstico.

De acordo com Mendes (2004), existe grande concentração de mulheres chefes de família em camadas pobres da sociedade, o que está associado parcialmente à origem familiar e a condição de pobreza em que estão inseridas desde a infância. As condições de vida, nesse contexto são, muitas vezes, precárias, graças ao desemprego ou subemprego dos companheiros ou a condição de mães solteiras, separadas ou viúvas. Além disso, essa situação acaba

direcionando caminhos e escolhas, podendo ocasionar a obrigatoriedade do trabalho ao invés do estudo. A inserção no trabalho não é apenas uma questão de sobrevivência, mas também conferiu poder e autonomia à mulher ao longo do tempo. Entretanto, o crescimento desse tipo de configuração familiar representa mais do que mudanças de gênero no sustento econômico ou autonomia feminina e indica a vulnerabilidade de vida dessas mulheres. Nessa circunstância remete a conseqüente responsabilidade pelos domicílios como um indicativo de desigualdades sociais e de gêneros.

Destaca-se que essas mulheres enfrentam, no dia a dia, a fragilidade do contexto que as cerca, exercendo múltiplas jornadas de trabalho fora de casa, além do cuidado dos filhos e do espaço doméstico. Isto causa um esgotamento físico e emocional, gerado pela alta carga de responsabilidades que possuem. Assim, as mulheres vivenciam experiências diversas de chefia familiar, que produzem sentidos singulares para o enfrentamento das situações cotidianas. Este estudo, realizado para fins de trabalho final de graduação em Psicologia, buscou compreender os sentidos que as mulheres atribuem à posição de chefe de família.

Método

Participaram desta pesquisa cinco mulheres, com idades entre 25 e 75 anos, moradoras de uma comunidade da cidade de Santa Maria, RS, onde a chefia familiar feminina é um fenômeno marcante nas relações familiares. Realizou-se uma pesquisa qualitativa (Martins & Bicudo, 1994) em que se utilizaram elementos da etnografia como abordagem de investigação científica. A etnografia é descrita por Fonseca (1999) como uma ciência embasada na interação entre o pesquisador e seus objetos de estudo, tendo ênfase no cotidiano e no subjetivo, partindo-se do particular para uma compreensão mais ampla dos aspectos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais, referentes ao contexto pesquisado.

Nesse sentido, a pesquisadora familiarizou-se com as participantes do estudo, tendo em vista sua presença na comunidade, o que possibilitou o acesso a informações relevantes sobre a história da comunidade e sua situação atual. Os dados da pesquisa foram gerados a partir de situações formais de entrevistas biográficas e também nas

conversas informais com os moradores da localidade, que forneceram subsídios para a análise dos dados coletados. Assim, o diário de campo (Víctora, Knauth & Hassen, 2000) constituiu-se como um importante instrumento para os registros fiéis e detalhados de cada visita a campo. O contato com as participantes desta pesquisa foi mediado por uma moradora da comunidade, também chefe de família, que se tornou a principal informante do estudo.

Foram realizadas entrevistas biográficas individuais que permitiram a livre fala das participantes e seis perguntas de suporte que visavam à compreensão das suas concepções de chefia familiar. Queiroz (1988) caracteriza a história de vida como uma forma de informação captada oralmente, a qual revela a narração do sujeito sobre sua existência por meio do tempo, que pontua as experiências mais marcantes de acordo com seu critério. Portanto, o objetivo das entrevistas consistiu em conhecer elementos comuns presentes nas histórias de vida e compreender a construção de sentidos a respeito da chefia familiar feminina. Spink e Medrado (2000) caracterizam o sentido como uma construção social e um empreendimento interativo, na medida em que as pessoas constroem os termos conforme compreendem e lidam com as situações que as cercam.

Para verificação dos dados, utilizou-se a análise de sentidos e os mapas de associação de ideias, de acordo com a proposta metodológica de Spink e Lima (2000). Os mapas de associação de ideias viabilizam essa verificação de dados, sistematizando os conteúdos em busca da compreensão da construção linguística realizada pelas participantes. Dessa forma, inicialmente, foram organizados eixos temáticos gerais, os quais relacionavam os elementos comuns que refletiam os objetivos da pesquisa. Posteriormente, os conteúdos mais relevantes foram organizados para maior detalhamento e investigação dos sentidos produzidos.

Em relação aos aspectos éticos, destaca-se que as participantes estavam amparadas pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. As entrevistas foram gravadas, transcritas e, posteriormente, apagadas para preservar o sigilo das informações.

Resultados

O universo pesquisado

A comunidade na qual a pesquisa foi realizada é caracterizada por sua vulnerabilidade social. Neste trabalho, entende-se vulnerabilidade social, a partir das concepções da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) para a América Latina, como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupos. Assim como o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provem do Estado, do mercado e da sociedade (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002).

A comunidade em questão possui aproximadamente 20 mil moradores. São comuns situações de gravidez na adolescência, de exploração sexual, de prostituição, de uso e tráfico de drogas, entre outros. Observa-se que esses aspectos apontam para maior vulnerabilidade da mulher, especialmente a chefe de família, do que para os homens inseridos nas comunidades populares, tendo em vista que elas são as principais envolvidas nas situações descritas.

Em relação ao trabalho, a maioria das ocupações formais abarca empregos domésticos e da construção civil. Porém, grande parte da população realiza trabalhos informais como catadores de materiais recicláveis e biscateiros. As moradias foram construídas a partir de movimentos de ocupação, pois a área possuía terrenos baldios que pertenciam ao Município. Com o passar do tempo, as pessoas demarcaram suas terras; entretanto, até hoje os terrenos não possuem escritura. Assim, a compra e venda de casas ocorre informalmente.

Desde sua origem, na década de 1990, essa zona permaneceu desamparada e desassistida pelo poder municipal, o que acusa uma realidade de várias lutas e movimentos sociais que buscam a melhoria das condições de vida na comunidade. Existe, no local, uma liderança comunitária que incentiva ações políticas, sociais e culturais na comunidade.

Atualmente, a estrutura física da comunidade está sendo readaptada, com a colocação da rede de esgoto e asfaltamento das principais ruas que são, em sua maioria, de terra e pedras soltas o que, em dias chuvosos, prejudica o acesso ao local. Além disso, apresenta uma área verde composta por uma praça,

bancos e pista de caminhada. Parte dos moradores possui acesso à saúde por meio da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que assiste seus usuários embasada nos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde (SUS).

As Histórias de Vida

Primeiramente, serão apresentados, de forma sintetizada, alguns aspectos das biografias das participantes do estudo. Posteriormente, serão exibidas e discutidas as temáticas que possibilitam compreender a produção de sentidos da chefia familiar feminina, surgidas ao longo do desenvolvimento do processo de análise dos dados.

A participante 1 possui 52 anos. É oriunda da zona rural e deixou a casa dos pais ainda adolescente, quando seguiu em busca de trabalho na cidade. Desempenhou a atividade de empregada doméstica por muitos anos e mora na comunidade desde a década de 1990. Foi casada uma vez, separando-se em virtude do alcoolismo do cônjuge. Possui uma filha, fruto desse relacionamento, que é casada e mora em outra cidade. Atualmente, reside apenas com o neto de sete anos, sendo então ela quem cria o menino.

A participante 2 possui 73 anos e mora na comunidade desde a sua origem. Em sua trajetória de vida migrou do meio rural para cidade, trabalhando como empregada doméstica e vendedora de frutas. Foi casada por muitos anos, separando-se há 23 anos do pai de seus 11 filhos. O relacionamento chegou ao fim em virtude do alcoolismo do cônjuge. Atualmente, reside sozinha.

A participante 3 possui 40 anos e mora na comunidade desde a década de 1990. Possui três filhos com seu ex-companheiro, o qual conheceu ainda adolescente. As agressões que sofria deste levaram o casal ao rompimento. Atualmente, possui um namorado e desempenha uma atividade profissional na própria comunidade.

A participante 4 tem 50 anos e é oriunda da zona rural. Decidiu morar na cidade para estar próxima de dois irmãos. Morou com seus pais até o falecimento destes, há 10 anos. Atualmente, reside sozinha na comunidade e é empregada doméstica. Nunca foi casada e não possui filhos.

A participante 5 tem 27 anos e migrou do campo para a cidade com o objetivo de fazer o Ensino Médio. Engravidou ainda adolescente de seu primeiro

companheiro e começou a trabalhar para sustentar a si e a criança. Hoje, possui três filhos e é casada com o segundo companheiro. Desempenha a função de empregada doméstica.

As cinco participantes do estudo têm em comum alguns aspectos em suas trajetórias de vida. Dentre eles, a migração, ainda adolescente, do meio rural para a cidade na busca de independência e de melhores condições de vida. Muitas vezes, nas camadas populares, os jovens podem “precocemente” assumir responsabilidades e tarefas. Isso antecipa características próprias da vida adulta, como a inserção no mercado de trabalho e o sustento da família (Camarano, Mello, Pasinato & Kanso, 2004).

A presença da violência e sofrimento nos relacionamentos amorosos também marca a história dessas mulheres. Os ex-companheiros são narrados, por elas, como homens descompromissados com a família, a criação dos filhos e o trabalho. A separação, na maioria dos casos, somada a outros fatores, impulsiona a mulher a assumir a condição de chefe de família.

A presença do trabalho também é característica marcante, desde a infância ou adolescência, na vida das participantes. Estas, além de realizar suas funções fora de casa, também cuidam do lar, dos filhos e demais parentes. Assim, ao trabalho soma-se o exercício de múltiplas funções associadas ao cuidado, realizadas sem a ajuda de parentes ou amigos, sobrecarregando a mulher chefe de família.

Nas subseções seguintes do texto serão apresentadas as temáticas que, em articulação, possibilitaram a compreensão dos sentidos de chefia de família produzidos pelas participantes do estudo. São elas: a violência na vida das chefes de família, a chefia feminina e suas múltiplas responsabilidades e o reconhecimento advindo do cuidado e seu impacto nas relações familiares.

Discussão

A violência na vida das chefes de família

As histórias de vida das participantes se assemelham no que se refere aos relacionamentos complicados marcados por violência que constituíram ao longo do tempo com os companheiros. A violência e o alcoolismo dos cônjuges são fatores que se somam e impulsionam a decisão de separação, como

se percebe na narrativa da participante 1: *Foi um dia que eu **cheguei na frente do espelho** e pensei: ‘**pô, chega!** Eu trabalho, eu sustento a casa, faço tudo!’ E botava tudo fora em jogo, bebida... mulher e, e **qual é a família que vai querer isso?** (52 anos).*

A chefia feminina, quando assumida solitariamente, neste contexto, remete a uma escolha que possibilita liberdade e reconhecimento para a mulher. Quando a mulher se desliga destes relacionamentos, consegue construir um espaço que a permite voltar-se para si e seus filhos. A violência contra a mulher, como esclarece Cunha (2001), é um fenômeno social baseado na legitimação na sociedade do poder masculino, o qual se articula com a necessidade do homem em afirmar-se como detentor do poder. Assim, os homens praticam, dentro dos domicílios, atos de libidinagem, estupros, humilhações contra mulheres e crianças, as quais ocupam uma posição inferior na hierarquia social de gênero. Graças a isso, no contexto pesquisado, muitas vezes a violência pode naturalizar-se devido às condições vulneráveis na qual estas mulheres se encontram, justificando, assim, a existência de longos anos de sofrimento e aceitação.

Guareschi (1996) distingue poder e dominação, definindo o primeiro como a capacidade de uma pessoa ou grupo desempenhar qualquer prática, na medida em que todos possuem algum poder, no que se refere ao “poder” fazer algo. Por sua vez, dominação é entendida como uma relação entre pessoas e grupos, na qual cada uma das partes se apodera do poder dos outros. Nesse sentido, existe uma forma de tratamento desigual, constituindo-se uma relação assimétrica e, muitas vezes, injusta. Nesse contexto, configuram-se relações desiguais nas quais homens ou mulheres passam a dominar os (as) parceiros (as).

Além disso, alguns homens utilizam outros tipos de violência contra a mulher. Cunha (2001) ressalta que formas como estas são utilizadas na tentativa de manter o controle e amedrontar as mulheres. A presença de atos violentos na relação conjugal significa que os laços sociais que uniam o casal foram rompidos e que as desigualdades alcançaram proporções extremas, como se observa na narrativa da participante 1: *“o pai da minha filha, **ele bebia**, fazia horrores [...] **ele me bateu**, quebrou tudo dentro de casa que eu tinha tudo quando ele foi morar comigo” (52 anos).*

A participante 4 opta por ficar sozinha e explica o porquê dessa decisão:

*eu não me arrependo de tá sozinha! Nem um pouquinho! [...] **se é pra eu pegar uma pessoa pra eu trabalhar e ele ficar dormindo dentro de casa como eu vejo aqui os exemplo, então eu não quero. Então eu fico sozinha que eu saio a hora que eu quero, volto a hora que eu quero, vou trabalhar tranquila né...** (50 anos).*

No contexto dessa narrativa, o estar sozinha adquire um sentido de escolha que pode livrar a mulher da sobrecarga de ter alguém que “fica dormindo dentro de casa”. A participante 3 também faz relação a um modelo de homem: *não vo dize assim que faz falta **aquele pai** por que... eu me sinto pai e mãe né... (40 anos).* Observa-se, nessa última fala, que não faz falta “aquele pai” que bebe, que não possui compromisso com a família e que é violento.

Também se identifica que a dependência econômica da mulher em relação ao cônjuge é um fator que pode retardar a separação do casal, como exemplifica a participante 3: *“daí eu comecei a trabalha né um biquinho aqui um biquinho ali né até consegui um emprego né... definitivo e... daí o X. tinha um aninho quando eu... **eu resolvi botar pra fora né o pai dele...**” (40 anos).* Essa participante apenas inaugura sua chefia quando consegue estabilizar-se economicamente para garantir o sustento da família. Assim, foi necessário um tempo para desvencilhar-se da realidade opressora em que se inseria, após anos de violência velada. Essa decisão apenas é acionada no momento em que a chefe de família volta-se para si e enxerga-se enquanto mulher, capaz de trabalhar e gerar o próprio sustento.

Destaca-se, também, que a decisão de separar-se e assumir-se como chefe de família está vinculada às características próprias de mulheres que exercem várias funções e tomam a frente da família, mesmo quando casadas, como ressalta a participante 1: *“**E ele... nunca foi um chefe**, nunca foi presente, nem quando ela nasceu. Eu **fui chefe sempre, sempre, sempre.** Eu fui **sozinha sempre**, eu tive muita dificuldade” (52 anos).* Portanto, a conduta de assumir-se e nomear-se como chefe de família também possui relação com a constituição subjetiva de mulheres marcadas por experiências de vida, que as posicionaram desde cedo como sujeitos em busca de sua sobrevivência e de independência.

A chefia feminina e suas múltiplas responsabilidades

A partir da análise dos discursos do cotidiano das chefes de família, os sentidos foram sendo desvendados aos poucos, possibilitando a construção de um mosaico de ideias em que as particularidades contribuíram para a compreensão de conceitos comuns de uma mesma coletividade. Assim, ao narrar suas histórias, as mulheres associaram a chefia de família às temáticas relativas à responsabilidade, ao trabalho, ao sustento da casa, à administração do orçamento, à tomada de decisões e ao cuidado com os filhos. O mosaico, apresentado a seguir, ilustra a conexão existente entre esses sentidos e possibilita maior compreensão acerca do significado das funções exercidas pelas mulheres chefes de família no cotidiano.

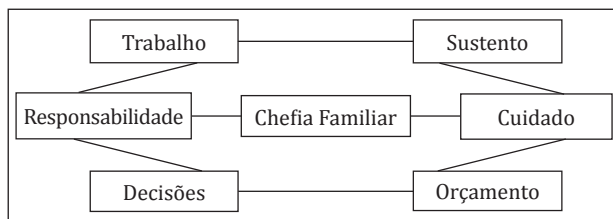


Figura 1 - Temáticas associadas pelas mulheres ao seu papel de chefe de família

No momento em que a mulher inaugura a chefia familiar, existe um árduo investimento no trabalho, que surge como possibilidade de sustento próprio e dos filhos. Assim, o cuidar está atrelado ao trabalho, pois se verifica que as chefes são mulheres autônomas e que se posicionam como cuidadoras da família.

Quando interrogada acerca do momento em que se tornou chefe de família, a participante 5 declara que sentiu-se convocada a trabalhar para garantir o sustento e educação de seu filho, quando se separou do seu primeiro companheiro: “com 17 anos eu engravidei [...] Aí desde que ele nasceu comecei a trabalhar né, sempre trabalhei, porque **com filho né... tem que trabalhar!**” (27 anos). Ser chefe de família exige que a mulher trabalhe, a fim de prover materialmente e afetivamente os filhos. Contudo, também menciona-se, como a participante 1, que mesmo casada já havia sustentado a casa:

Eu me separei eu fiquei sozinha com ele e daí eu passei a criar ele, daí né eu sempre trabalhei pra sustentar ele [...] teve épocas que meu marido tava sem emprego, trabalhei. Sustentei a casa sozinha né, várias vezes (27 anos).

Nesse contexto, o trabalho assume um lugar central na vida das chefes de família, constituindo suas identidades e investindo-se de significados diversos, sendo fundamental tanto para o sustento do lar quanto como contribuição para a autonomia pessoal.

Implícito ao trabalho encontra-se a uma tarefa difícil de ser executada – administrar o orçamento –, pois exige o controle da renda, despesas e dívidas. A participante 3 define o que é ser chefe de família em sua concepção, associando a tarefa à administração do orçamento: “**é trabalhar o mês inteiro né... sempre cuidando pra não extrapolar né... manter... tudo o que a gente faz tem que botar na caneta né, senão quando chega no fim do mês tu tá zerado**” (40 anos).

Considerando que estas mulheres trabalham demasiadamente e recebem rendimentos que, muitas vezes, não são suficientes e não correspondem ao esforço engendrado para a garantia da sobrevivência, acredita-se que as mesmas acabam “presas” às dívidas e diversas prestações a pagar. Isso corresponde a uma realidade comum nas classes populares e exige que as chefes de família procurem soluções para administrar as condições em que vivem, planejando e organizando os gastos, sempre vislumbrando o futuro da família, tarefa salientada pela participante 4:

*é só tu ter né, tu ter os meios [...] se tu não tem dinheiro como é que tu vai fazer? [...] tem que leva sempre ali oh bem **controlado** [...] Eu digo assim, eu dou o passo conforme a minha perna alcança, **porque tem gente que não interessa que tem cartão só vai né. Então eu acho que chefe de família tem que pensar no dia de amanhã né** [...] então quando eu ganho o meu dinheirinho eu sei... **eu não ganho muito** mas eu sei lida com ele, eu sei trabalhar com ele né... (50 anos).*

Durante a entrevista, a participante 2 produziu a seguinte narrativa, ao referir que está aposentada graças a um problema de saúde e, por isso, recebe uma quantia que nem sempre possibilita a compra de alguns remédios: “no fim vou indo comprando as coisinhas, pouquinho, pouquinho... tô indo. **Tô com minhas conta em dia, tô bem faceira**” (73 anos). Observa-se que o fato de estar com as contas em dia está associado à alegria e satisfação, tendo em vista as dificuldades que enfrenta diariamente.

Verifica-se que essa dificuldade se relaciona ao contexto de vulnerabilidade social em que estas mulheres se inserem, na medida em que trabalham

muito e ganham pouco, tendo, muitas vezes, que sustentar várias pessoas apenas com seu rendimento. A vulnerabilidade social aponta para a dificuldade de acesso às oportunidades, como educação, saúde, cultura, lazer e trabalho, que são fundamentais para o desenvolvimento dos recursos materiais e simbólicos (Abramovay, Castro, Pinheiro, Lima & Martinelli, 2002). Na pesquisa, muitas vezes estas mulheres abandonam seus estudos em detrimento do trabalho para o seu sustento e o da família, o que as coloca em uma posição fragilizada, na medida em que se submetem a empregos pouco remunerados.

Outro sentido produzido para a chefia familiar feminina relaciona-se à tomada de decisões. Uma das mulheres usa o artigo masculino “o” como regra linguística para narrar esta função da chefia de família. Assim, produz sentido masculino para a tarefa de tomada de decisões no âmbito da família. Dessa forma, o discurso hegemônico de divisão social das funções masculinas e femininas da família tradicional ainda se faz presente no âmbito social, como ilustra a participante 4: “*tem que ser tudo comigo né [...], resolver as coisas [...] tudo o que acontece o chefe tem que resolver né*” (50 anos).

Para Strey (2002), na sociedade atual, o poder social é identificado com atributos considerados masculinos, no qual tanto homens quanto mulheres podem desempenhar papéis, por meio dos quais o poder é exercitado. Contudo, permanecem na simbologia social como masculinos. Não existe um conteúdo universal para os papéis de gênero, visto que em cada sociedade existem conceitos diferentes para homens e mulheres, sendo que em algumas delas estes podem desempenhar os papéis do sexo oposto.

Para a participante 5, é o rendimento oriundo de seu trabalho, no momento em que seu marido estava desempregado, que oportunizou que ela assumisse o papel de chefia na família e coordenasse a tomada de decisões: “*como mais eu sustentei a casa sempre, quase sempre né mais eu trabalhei então... eu me acostumei né a... a tomar as decisões*” (27 anos).

Problematiza-se que, apesar da mulher brasileira ter assumido o papel de principal provedora do domicílio, permanece ainda responsável pelo cuidado doméstico (Camarano, 2007). Nas camadas populares, como pontua Almeida (2007) dificilmente as mães se dedicam integralmente aos filhos graças às múltiplas atividades que exercem. A exemplo desse fato, a participante 2 afirma: “*eu não fui uma*

joia pros meus filhos porque eu tinha que tá sempre longe trabalhando né [...] e educação eu dei o que eu pude pra eles!” (73 anos). A participante escolhe o termo “joia” em analogia ao seu desempenho frente à tarefa de mãe cuidadora. Essa palavra está representando, nessa narrativa, tudo o que se espera socialmente de uma mãe, ou seja, alguém preciosa, boa e valiosa na vida dos filhos. Essa lógica associa-se às múltiplas funções e sacrifícios realizados pelas mães em prol da família, esforço este reconhecido socialmente.

Nesse sentido, o pouco tempo destinado à família faz com que as chefes se questionem a respeito do cuidado que disponibilizam aos filhos, como faz a participante 2: “*tem noites assim que tu deita, tu pensa que que vai se o amanhã? Vamo ter criado as criança bem? Bem criado?*” (40 anos). Dúvidas e cobranças a respeito da criação dos filhos são geradas quando as mulheres avaliam que não correspondem totalmente às expectativas sociais, produzidas pela representação social da maternidade, que posiciona a mulher como fundamental para o cuidado dos filhos e da família.

Ao longo da história, os discursos sobre a feminilidade produziram modos de subjetivação feminina, que passaram a constituir os modos de ser de mulheres vinculadas ao cuidado. Ligado a esse fato, estudos sobre o uso do dinheiro no âmbito familiar mostram que as escolhas de homens e mulheres são relacionadas às constituições de gênero. Pinheiro e Fontoura (2007), ao analisarem as diferenças e semelhanças nas estruturas de rendimentos e de gastos de famílias chefiadas por mulheres e famílias chefiadas por homens no Brasil, a partir dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), de 2002-2003, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que as mulheres se preocupam mais com a educação, saúde e bem-estar de suas famílias, enquanto os homens investem mais em alimentação, transporte e despesas decorrentes desses gastos.

Em consonância com esse fato, verifica-se que as mulheres são as escolhidas como titulares do benefício do Programa Bolsa Família. Rego (2008) pontua que programas como esse podem ser considerados Políticas de Cidadania, pois são elaborados como uma tentativa de promover a cidadania e oferecer melhores condições às famílias extremamente pobres. Pinheiro e Fontoura (2007) explicam que este lugar destinado à mulher provém de uma

construção cultural e social. Por meio da cultura e dos mais variados discursos, circulam na sociedade informações vinculadas às ideias e às imagens que produzem as identidades dos sujeitos (Hall, 1997).

O reconhecimento advindo do cuidado e seu impacto nas relações familiares

Muitas vezes, as chefes de família colocam-se em um lugar de obrigatoriedade com relação ao cuidado. O contato e a convivência próxima com filhos e netos mostram que as trocas de suporte entre as gerações são estruturas das relações da chefe com sua família. Na fala da participante 1, o sentido da troca de cuidado e atenção é evidenciado de forma bastante positiva: *“eu dei o que eu pude pra eles! [...] Essa casinha aqui quem fez foi o meu guri lá... que mora lá na outra rua. Mas tá sempre aqui! Sempre, sempre!” (73 anos).*

Portanto, o cuidar associa-se ao trabalho fora de casa, na medida em que este fornece a renda mensal, garantindo as necessidades básicas da família, sendo que o esforço desempenhado pela chefe de família é reconhecido por seu grupo familiar, possibilitando elevação de seu *status* social. A participante 1, em um esforço de produzir sentido para o desempenho de seus múltiplos papéis na configuração familiar, evoca a voz do neto para conferir *status* e valorização da figura feminina:

eu sou pai, mãe, vó, vô, tudo [...] o meu neto me falou assim ó [...] ‘como é que tu sabe tudo?’ Eu digo ‘meu amor, eu queria saber muito mais, mas eu não pude, porque eu tenho tu, eu tenho a mãe... [...] eu queria ter terminado a minha... que eu entrei pra fazer o curso de enfermagem, não consegui, tive que parar... queria ter feito pedagogia, não pude também que tive que parar, porque tive que **enfrentar família!** Eu tinha que pensar na minha filha, no meu neto em primeiro lugar, não em mim” (52 anos).

Nessa narrativa, observa-se uma construção discursiva que produz sentidos diversos, associados ao cuidado e às relações familiares. No contexto dessa narrativa, a posição de cuidadora é assumida pelas mulheres, significando abdicação de projetos pessoais. Contudo, é essa posição de doação aos projetos coletivos da família que produz reconhecimento por parte dos membros do seu grupo.

Ao justificar a interrupção dos projetos de estudo em prol do cuidado familiar, a participante

utiliza o termo “enfrentá” família, associado à ideia de um confronto entre projetos individuais e coletivos. Este pode assumir sentidos múltiplos de luta: contra a família, em defesa da família e a favor da família. Porém, em qualquer circunstância a responsabilidade pelo cuidado articula-se aos sentidos das experiências afetivas familiares. Essa é uma característica própria dos contextos populares, na qual os deveres familiares predominam sobre os projetos individuais (Almeida, 2007). Assim, o trabalho fora de casa por parte da chefe direciona-se ao bem comum da família, sendo gerador de renda para suprir as necessidades básicas. A partir dessa lógica, constitui-se uma rede extensa de apoio dentro das famílias de comunidades populares.

Essa discussão corrobora os resultados da pesquisa de Lichtenfels (2007), realizada em uma comunidade em situação de vulnerabilidade social, situada na cidade de Porto Alegre. A pesquisa apontou a existência de redes sociais de apoio entre os moradores, que conferem suporte emocional e material entre os vizinhos e as famílias da localidade, o que resulta em uma satisfação pessoal e garantia de ajuda futura. Sendo assim, evidencia-se que o cuidado está presente nas relações sociais comunitárias e colabora na construção de uma ampla rede de ajuda mútua.

Considerações finais

A chefia familiar feminina em contextos populares chama atenção, sobretudo, graças ao contexto de vulnerabilidade em que as mulheres estão inseridas. Desse modo, verifica-se que a pobreza de recursos econômicos e materiais que cercam as chefes intensificam a dificuldade no exercício dessa função, já que as mulheres trabalham demasiadamente e dispõem de poucos recursos financeiros.

As mulheres chefes de família participantes deste estudo constroem, a partir de suas experiências pessoais, os sentidos que representam a posição que ocupam no interior de um universo cultural. Dentro desse contexto comum, as pessoas que fazem parte desta história constroem suas identidades por meio de experiências singulares que se entrecruzam. Isso possibilita a nomeação de sentidos que caracterizam as concepções de chefia familiar e que são produzidos a partir de uma rede de significados construídos coletivamente.

As participantes desta pesquisa viveram experiências semelhantes ao longo de suas vidas, que marcaram suas biografias. São mulheres que trabalham desde muito jovens, migrando do rural para a cidade em busca de melhores condições de vida e independência. Esses fatores podem ser considerados constituintes da decisão de assumir-se chefe de família e desvencilhar-se das relações conjugais violentas e opressoras, que são modos de se relacionar fortemente presentes no contexto cultural em que estão inseridas.

A priorização do cuidado da família é o que move as chefes de família em direção ao desdobramento de diversas tarefas. Além disso, não existe parceria para dividir as responsabilidades relativas ao orçamento e cuidado com os filhos. Esse fato implica em um aumento da exigência para as mulheres, mas que resulta em *status* e reconhecimento pelo grupo familiar.

A chefia familiar, ao mesmo tempo em que representa uma sobrecarga de tarefas e responsabilidades para as mulheres das comunidades populares, também possibilita que sintam-se valorizadas por seus familiares. Isso se deve à tendência de abdicação de projetos pessoais em prol do cuidado e da captação de recursos para a sobrevivência material da família, o que resulta em reconhecimento ao olhar do outro.

Portanto, a chefia familiar, ao libertar a mulher de relações conjugais opressoras, possibilita que esta seja responsável por si e pela família, constituindo-se como sujeito diante dessa realidade. Nessa medida, a autonomia pessoal torna-se fortalecida e proporciona liberdade de escolha.

Referências

- Abramovay, M., Castro, G. M., Pinheiro, C. L., Lima, S. L., & Martinelli, C. C. (2002). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: Desafios para as Políticas Públicas**. Brasília: Unesco.
- Almeida, L. (2007). Mãe, cuidadora e trabalhadora: As múltiplas identidades de mães que trabalham. **Revista do Departamento de Psicologia - UFF**, 19(2). Recuperado em 10 abr. 2009, em www.scielo.br
- Brasil. (1996). **Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde. Recuperado em 20 abril 2009, em <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/reso196.doc>
- Camarano, A. A. (2007). As novas mulheres brasileiras. **Desafios do Desenvolvimento**, 4(37), 27.
- Camarano, A. A., Mello, L. J., Pasinato, M. T., & Kanso, S. (2004). **Caminhos para a vida adulta: As múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Ipea.
- Cunha, T. R. A. (2001). **A mulher chefe de família e o fenômeno da violência**. Recuperado em abril 2009, em www.uesb.br/politeia/v1.asp
- Fonseca, C. (1999). Quando cada caso NÃO é um caso. **Revista Brasileira de Educação**, (10), 58-78.
- Fontoura, L. S., & Pinheiro, N. O. (2007). Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva do gênero. In F. G. Silveira, L. M. S. Servo, T. Almeida, S. F. Piola. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea.
- Guareschi, P. A. (1996). Relações comunitárias: Relações de dominação. In R. H. F. Campos (Org.). **Psicologia social comunitária: Da solidariedade à autonomia** (pp. 81-99). Petrópolis: Vozes.
- Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: Notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**, 22(2), 15-46.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2009). **Mulher de Hoje!** Recuperado em 20 abril 2009, em <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/mulher/mulherhoje.html>
- Lichtenfels, P. (2007). **As relações sociais e as funções das mulheres idosas da Vila Fátima na constelação familiar atual**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Martins, J., & Bicudo, M. (1994). **A pesquisa qualitativa em psicologia: Fundamentos e recursos básicos** (2a ed.). São Paulo: Moraes.

- Mendes, M. (2002). Mulheres chefes de família: A complexidade e ambigüidade da questão. **Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Ouro Preto. XIII Encontro Nacional de estudos Populacionais**. Brasília. Associação Brasileira de estudos Populacionais, ABEP.
- Queiroz, M. I. (1988). Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In O. Simson (Org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)** (pp. 14-43). São Paulo: Vértice.
- Rego, W. L. (2008). Aspectos teóricos das políticas de cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família. **Revista Lua Nova, 73**. Recuperado em 19 novembro 2009, em <http://www.scielo.br>
- Spink, M. J., & Lima, H. (2000). Rigor e visibilidade: A explicitação dos passos da interpretação. In M. J. Spink (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano** (pp. 93-122). São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J., & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano** (pp. 41-61). São Paulo: Cortez.
- Strey, M. (2002). Gênero. In M. G. Jacques (Org.). **Psicologia social contemporânea** (pp.180-197). Petrópolis: Vozes.
- Víctora, C., Knauth, D. R., & Hassen, M. N. A. (2000). **Pesquisa qualitativa em saúde: Uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo.